

MISTURAS E COMPOSTOS OU A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

RUI SOARES

Introdução

..... A cada instante da nossa vida individual e/ou colectiva somos confrontados com uma realidade envolvente cada vez mais confusa do que no instante anterior. Esta sensação é tanto mais forte quanto mais diferenciada for a unidade de tempo adoptada, o intervalo de tempo considerado e a natureza dos intervenientes. Daqui resultam tensões várias, mantidas em equilíbrio enquanto a esperança numa renovação não ultrapassar um nível crítico (variável de situação para situação). Quando o desespero se instala a possibilidade de eclosão de conflitos é quase inevitável, qual válvula de escape a permitir o início de um outro ciclo renovado.

O sentido dado às consequências do conflito é favorecido pelo aparecimento ou ressurgimento de crenças (julgadas imutáveis), de ideologias (in/validadas em outras épocas), de mitos (re/adaptados à situação) e de utopias (viradas para a satisfação da realização da pessoa humana), e é condicionado por restrições específicas (do espaço vital envolvente), por características especiais (existentes no momento da eclosão), por processos de difusão (da informação) e, ainda, pela in/compreensão cultural (de factos e acontecimentos). Cremos que, para além desta compreensão, terá de haver uma educação inovadora que alimente (de forma continuada) o in/consciente individual e colectivo com a riqueza que constitui o património cultural de cada um, no total respeito pelo património cultural do outro. Aliás, a abordagem contrastiva das afirmações de pertença local, regional, nacio-

nal e transnacional, em contextos multiculturais, é objecto de reflexões dialécticas, como exemplo de sucessivos alargamentos dos conceitos de identidade, de nacionalidade e de cidadania. A passagem do monocultural ao intercultural será também visível neste ensaio realizado no âmbito da disciplina de Nacionalidade, Cidadania e Identidade (integrada no plano curricular do Curso de Mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta).

Enquadramento matemático

Consideremos um universo $U = \{ e_1, e_2, e_3, \dots, e_p \}$ e introduza-se nele uma relação de equivalência R . Formar-se-ão sub-universos $U_1, U_2, U_3, \dots, U_m$ (chamadas **classes**)

$$U_1 = \{ e_{11}, e_{12}, e_{13}, \dots, e_{1i} \}$$

$$U_2 = \{ e_{21}, e_{22}, e_{23}, \dots, e_{2j} \}$$

$$U_3 = \{ e_{31}, e_{32}, e_{33}, \dots, e_{3k} \}$$

...

$$U_m = \{ e_{m1}, e_{m2}, e_{m3}, \dots, e_{mn} \}$$

constituídos por elementos que se encontram em relação entre si (ditos **equivalentes**) com a particularidade de que:

a) um elemento de U pertence a uma e uma só classe, isto é:

$$U_i \cap U_j = \emptyset \quad (i \neq j)$$

b) a reunião de todas as classes, o universo dado, ou seja:

$$U = U_1 \cup U_2 \cup U_3 \dots \cup U_m$$

Tomando como exemplo $U = \{ \text{conjunto dos deputados} \}$, os subconjuntos $U_1, U_2, U_3, \dots, U_m$ representam os vários partidos políticos, sendo certo que um elemento e_x pertence a um e só um partido, e a união de todos os partidos reproduz a Assembleia.

Parece claro que um elemento e_x pertencente ao universo U , com a sua identidade própria [que lhe advém do facto de estar enquadrado num conjunto caracterizado pela sua natureza (letras, números, seres...), especificidade (gregos, romanos, pessoas...), qualidades (tamanho, tipo, cor...), propriedades (culturais,

económicas, sociais...)] não deixa intrinsecamente de ser quem é pelo facto de estar noutro contexto. Todavia, a sua identidade adquire uma nova tonalidade para ser mais facilmente reconhecido na nova situação pois, inevitavelmente, passa a ser visto de outras perspectivas.

O indivíduo e_x passa a ser chamado por e_{mn} : a forma como o qualificamos incorpora já informação sobre a sua evolução: é um elemento de U que evoluiu, mas que continua a pertencer ao universo que o viu nascer.

Todavia, nas comunidades em geral, não se encontram relações que originem uma partilha do universo em classes usufruindo das duas propriedades apontadas; o mais frequente é que um mesmo individuo pertença, simultaneamente, a dois ou mais subconjuntos do universo. De agora em diante, entenderemos os conjuntos U_i nesta última perspectiva, o que significa que o elemento e_x pode identificar-se por $e_{x1}, e_{x2}, \dots, e_{xn}$. Em ambos os casos, os conjuntos U_i originam uma nova situação pois, pela primeira vez, pode haver necessidade de os encarar com um estatuto próprio, com autonomia e independência (face ao conjunto inicial) ou continuar a pensar neles como subconjuntos do conjunto de partida. Neste caso, não há necessidade de sair do universo, mas no primeiro, é forçoso criar uma estrutura em que os novos conjuntos possam ser tratados como elementos (de outro nível) de um novo conjunto $P\{U\}$, chamado das partes do conjunto inicial. Também os elementos e_x serão objecto de tratamento diferenciado, de acordo com as múltiplas atribuições neste novo quadro mais alargado.

As consequências introduzidas são várias e, em termos de linguagem, diremos que U_i **pertence** ao conjunto $P\{U\}$ (leia-se: conjunto das partes do universo) quando o individualizamos, e que U_i **está contido** em U , no outro caso. Podemos usar uma analogia afirmando que e_x está para U , assim como U_i está para $P\{U\}$.

Para clarificar consideremos, por exemplo, o conjunto U com os seguintes elementos: filho (f), mãe (m) e pai (p), isto é:

$$U = \{ f, m, p \}$$

Enquanto elementos de U , tem sentido dizer que f pertence ao conjunto U , e não tem significado dizer que m está contido em U . Construindo o conjunto das partes de U , isto é:

$$P\{U\} = \{ \emptyset, \{f\}, \{m\}, \{p\}, \{f,m\}, \{f,p\}, \{m,p\}, U \}$$

podemos notar a diferença de linguagem (e de escrita) ao dizer que {f} ou {m,p} estão contidos em U e pertencem a P{U}. Vê-se, então, que os significados são diferentes, consoante o referencial em presença.

Numa outra abordagem, e partindo do conjunto U, anteriormente definido, construíamos o conjunto $U^2 = U \times U$ dos pares ordenados (x,y), chamado **produto cartesiano** de U. No caso vertente, será:

$$U^2 = \{ (f,f), (m,m), (p,p), (f,m), (m,f), (f,p), (p,f), (m,p), (p,m) \}$$

Uma primeira observação leva-nos, de imediato, a diferenciar {f,m} de (f,m) pois, no primeiro caso, temos um conjunto, enquanto que no segundo, um par ordenado; por isso, podemos escrever {f,m} = {m,f} e (m,f) ≠ (f,m). Como conjunto que é podemos também formar subconjuntos de U^2 ; um exemplo que nos define a relação de identidade é:

$$I = \{ (f,f), (m,m), (p,p) \}$$

Tal como já acontecia para os conjuntos U_i , os subconjuntos de U^2 dão origem a novas situações, pois cada elemento do conjunto inicial passa a ser visto com "companhia".

É de notar que em ambos os conjuntos P{U} e U^2 surgiram 'novos elementos' (conjuntos, no primeiro caso, e pares, no segundo), facilitadores da afirmação da identidade individual e/ou grupal (em diferentes vertentes não exclusivas, mas com predominâncias em cada caso). Exemplos de:

- alteridade sexual {f,m}
- filiação {{f,m}, {f,p}}
- identidade grupal I
- identidade sexual {f,p}
- inserção grupal {p} ⊂ U
- pertença m ∈ U

causam novos conflitos pelo aparecimento de redes in/formais estabelecidas entre os 3 elementos considerados; fazemos notar que há uma situação de igualdade absoluta entre os elementos de U, havendo uma transferência desta situação para os subconjuntos de U, agora elementos de P{U} ou de U^2 . Todavia, criaram-se especificidades (novos estatutos, novos papéis...) para os elementos de U, conforme os agrupamentos formados; surgiram novas relações (de in/dependência...), de dualidade (face aos dois conjuntos U e P{U}), de reciprocidade e solidariedade (no caso de U^2)...

Repare-se que qualquer dos elementos de U está sujeito a um sistema não hierarquizado em U, embora tenha vinculações em P{U} e U^2 a que não se pode eximir.

Distribuídos pelo universo U , os elementos e_x são o que são e nada mais; a questão reside em ter sempre presente a definição do universo, como referencial. Exemplo: sejam definidos os conjuntos seguintes:

$$P = \{ p_1, p_2, \dots, p_i \}$$

$$E = \{ e_1, e_2, \dots, e_j \}$$

$$X = \{ x_1, x_2, \dots, x_k \}$$

e construamos um novo conjunto $U = P \cup E \cup \dots \cup X$, isto é:

$$U = \{ p_1, p_2, \dots, p_i, e_1, e_2, \dots, e_j, x_1, x_2, \dots, x_k \}$$

ou, ainda,

$$U = \{ u_1, u_2, \dots, u_n \} \quad (n = i+j+k)$$

A própria forma de escrever os elementos de U mostra:

- a) a igualdade de tratamento que deve merecer qualquer elemento de U , independentemente de ser um p_i , um e_j ou um x_k (no fundo é um u_f);
- b) a necessidade de escrever $u_f \in U$, para afirmar a sua pertença (relativamente a U), face a um estranho elemento que não se enquadre no universo recentemente criado.

Assim, diremos que $c_m \notin U$, da mesma forma que já anteriormente (e em relação a P) dizíamos que $e_j \notin P$.

Enquadramento sociocultural

Na introdução deste trabalho aludimos à confusão reinante e às atitudes dos vários intervenientes no mundo actual. A necessidade de um referencial (espacial, político...) é uma exigência intrínseca do indivíduo na sua passagem por um mundo físico sujeito inexoravelmente à suprema lei da metafísica. Referimo-nos à Lei da Entropia (LE), que governa o eixo horizontal do espaço e do tempo e não à dimensão vertical da transcendência espiritual onde a LE é omissa. O plano do espírito exige uma outra dimensão, não material, onde não há limites fixos nem fronteiras.

A maneira como a humanidade se comporta perante as leis da termodinâmica tem um papel preponderante na conduta do indivíduo e/ou da sociedade a tal ponto que antropólogos, sociólogos, políticos..., continuam a especular sobre as razões que levam às mudanças de um estado de coisas para outro, em determinados instantes e não noutros. Ainda que as explicações variem consoante os modelos adoptados, parece haver um consenso sobre a in-

fluência mútua entre os vários paradigmas em que assentam as novas visões da ordem mundial e tais convulsões. Por outro lado, a história mostra-nos que o intervalo de tempo que medeia entre duas convulsões consecutivas tem vindo a diminuir drasticamente, enquanto que os desperdícios aumentam exponencialmente. Tratando-se de um sistema dinâmico, situado num espaço finito, o ser humano move-se incessantemente para procurar melhores condições de vida. Ao fazê-lo, altera o equilíbrio individual e colectivo e provoca um efeito de interacção, semelhante ao que é provocado pelas forças de Coriolis (força apenas dependente da velocidade do móvel e não da sua posição, e que tende a desviar o móvel em sentido contrário ao da sua deslocação).

No seu contacto com outro interveniente social, as relações que se estabelecem permitem expressar sentimentos, valores, atitudes, comportamentos..., de forma interpessoal ou intergrupar consoante o nível em que se situam. Exemplifiquemos: o elemento e_x começa o seu processo de socialização em ambiente familiar e continua a aperfeiçoá-lo no contacto com os seus pares, fortalecendo a sua identidade no confronto com a identidade do outro (no mesmo ou noutros contextos). Absorvendo novas realidades e incorporando-as nas já existentes, o elemento e_x vai-se transformando sucessivamente em e_{xab} ... e exercendo uma influência recíproca nos restantes elementos de U . É de notar que o próprio universo é alterado, ainda que só externamente se possa apreciar a evolução, por comparação com um referencial da mesma espécie.

Consideremos agora que o elemento e_x migrou de U para U_n . Dependendo de vários factores, pode acontecer que lhe seja exigido transformar-se em m_{xn} e seguir um processo semelhante ao anterior, mas agora em relação ao universo U_n . É muito provável que seja completamente absorvido pela cultura deste novo quadro ambiental, sentindo algumas dificuldades em se adaptar à cultura do universo de origem, caso regresse. As possibilidades de se tornar mais/menos híbrido estão na razão inversa da consolidação da sua identidade prevalectente. Naturalmente que e_x pode migrar para diferentes universos, consolidando a sua identidade inicial com o valor acrescentado que representa a passagem por outras situações e gastando uma dose da energia existente em conflitos de assimilação das diferenças, essenciais na construção de um projecto comum.

Nacionalidade e cidadania

Embora não se conheçam regras para a criação de uma Nação, a verdade é que elas existem e o ser humano é testemunha do seu nascimento e evolução. Perante este mistério houve, desde sempre, pensadores que ousaram dar a sua explicação. Os gregos, por exemplo, criaram uma série de lendas mitológicas,

baseadas em factores essenciais de síntese: língua, religião... Orientação diferente foi a de Roma que estabeleceu primeiro a unidade política, tornou-se zona de confluência diferenciada e nasceu depois de instituída a monarquia. Só posteriormente apareceu a lenda de Rómulo, cantada por Vergílio. No caso de Portugal, a unidade religiosa cristianismo, a língua (emancipada do baixo latim), a mistura de raças, a comunidade de interesses, a posição geográfica, e a força de vontade são, certamente, factores determinantes na formação e consolidação da Nação Portuguesa.

A condição económica, jurídica e social do ser humano tem conhecido uma melhoria qualitativa em todas as regiões do mundo. A instauração da democracia é, sem dúvida, o grande motor da evolução verificada, talvez porque o conceito ultrapassa os limites da actuação política e engloba outras características essenciais ao modo de viver, com toda uma série de relações individuais e colectivas.

Os valores e ideais da democracia têm dado origem a estruturas várias, ao mesmo tempo que têm influenciado o reconhecimento de direitos fundamentais dos nacionais, no estrito respeito pela dignidade do ser humano.

Mas, *o mundo é pequeno*, diz o Povo. E nós acrescentamos que, com a actual tecnologia da informação, o cosmos é apresentado numa caixa mágica (computadores, rádio, televisão, telecomunicações, video-interactivo...), qual teatro do mundo; assiste-se ao espectáculo do des/humano com uma actualidade, uma globalidade e uma intensidade nunca anteriormente vistas. A sensação de impotência para gerir toda a informação que nos invade cria mecanismos de defesa individual e/ou colectiva vários; desinteresse pela procura das verdadeiras causas do mal estar, consumo cada vez mais acelerado, falta de entusiasmo pelo novo substituto... As teses defendidas por Richard Wilkinson e Friedrich Engels podem ser duras de aceitar, mas são compensadas com a sensação de 'progresso'.

Também podemos dizer que as novas tecnologias da informação vieram facilitar a difusão de outras culturas, mostrar outros hábitos alimentares, modos de estar na vida, símbolos internacionais, regras de convivência..., com a vantagem de podermos ver no ambiente verdadeiro, discutir e interiorizar na língua materna...

Crenças, ideologias, mitos, superstições, utopias...

No estudo das crenças, ideologias, mitos, superstições, utopias... vários são os discursos e as políticas que falam de alguns aspectos centrais e que são, entre outros: as finalidades, as estratégias, os métodos, as técnicas e as acções básicas

bem como os respectivos fluxos de interação múltipla. Procurando ser sintético, e deixando para outra ocasião saber se o des/envolvimento é uma crença, mito... ou utopia, apenas diremos que é mais uma realidade com dois pólos: *desenvolvedores e desenvolvidos*. Quer funcione ou não, o des/envolvimento vem sempre acompanhado da inseparável parilha de chavões: altruísmo e progresso, condimentos essenciais e suficientes para esconder o cerne da problemática, isto é, o envolvimento mútuo. Numa interpretação linguística sarcástica, encontramos na palavra desenvolvido uma "peculiar institution"; os mentores do desenvolvimento são suficientemente sagazes para esconder o cinismo de reclamarem os louros do sucesso para si mesmos, e atribuírem antecipadamente aos outros a total responsabilidade pelo inevitável aumento da desordem no universo de aplicação.

Mas não se pense que ficam por aqui: também já existe previamente empacotado um conjunto de explicações justificativas, consoante se trate de uma aliança com a natureza, do campesinato (culturalmente atrasado, empresarial, livre, subordinado...), do crescimento populacional, dos conflitos regionais, do consenso rural, do des/armamento, do des/sub/ emprego, do direito à cidade, da educação, da fome, do nuclear, dos recursos infinitos (científicos, humanos, marinhos, tecnológicos...), do regresso ao campo, da revolução ecológica, do sub/emprego rural, das terras incultas... e da integração europeia.

Tudo isto existe, tudo isto é fado... diz a canção. As múltiplas consequências (de natureza económica, cultural, social...) resultantes da complexidade da rede de interdependências, para além das ameaças potenciais que comportam, das novas perturbações da ordem vigente que introduzem, dos movimentos migratórios que originam, conduzem-nos sempre a uma diminuição, cada vez mais acelerada, dos recursos disponíveis. Identificados os riscos que daqui resultam, devemos antecipar, em tempo oportuno, possíveis cenários do devir cósmico. É precisamente esta atitude de antecipação (qual utopia individual e/ou colectiva) que, sonhada em termos de cooperação, confere ao ser humano o necessário equilíbrio e o exigido respeito que merece como pessoa, envolvida numa cooperação global, conducente à resolução dos problemas da humanidade.

Educação e entropia

Começemos por recordar que o ser humano viveu/vive/viverá num mundo físico dominado por dicotomias várias, inerentes à sua própria condição humana: acima/abaixo, bom/mau, branco/preto, direita/esquerda, eu/outro, exterior/interior, leste/oeste, movimento/ repouso, negativo/positivo, norte/sul, 0/1... e ... Homem/Mulher.

A fronteira entre os pólos é uma necessidade con/sentida e, como tal, passa por diferentes fases. Assim, numa determinada fase dá-se a expansão progressiva, motivada por necessidades e interesses vários, muitas vezes subordinada a critérios ex/interiores. Devido à heterogeneidade do tecido social e cultural, a expansão vai encontrar ritmos diferentes, consoante a direcção escolhida. Em qualquer caso, é inevitável o processo de universalização, como tentativa de consolidação e controle, a que se segue a fragmentação, consequência da confrontação (cultural, espacial, étnica, ideológica, religiosa, social...), ou da falta de algum elemento regulador da ordem existente (caso do muro de Berlim). Em qualquer dos casos, as instituições também elas transformadoras de energia, reagem de forma diferenciada, conforme lidem com produtos e serviços, com fontes de energia ou com os depósitos residuais da complexa cadeia de transformação. À mínima perturbação, haverá reacções, tipos de adaptação diferentes e desfasados temporalmente para cada tipo de instituição. O que acabamos de referir, é tanto mais perturbador quanto mais concentrada for a instituição, ou seja, maior será a entropia, devido ao entupimento dos canais burocráticos por onde circula o fluxo informacional. Ora, no caso da educação, ela transforma a energia nas três dimensões indicadas; não admira, portanto, que reflecta mais intensamente tudo o que anteriormente dissemos. O sistema educativo está em crise. Esta e outras frases são as que com maior frequência ouvimos pronunciar por cada um dos intervenientes do sistema educativo, e não devem surpreender-nos neste momento, visto tratar-se de um sub-sistema do sistema planetário. Também será útil referir que a reflexão filosófica, neste sector, passou por várias linhas ao longo dos séculos; discutiu-se a organização dos espaços educativos, os métodos e técnicas de ensino, as estratégias de formação...

Actualmente, a ênfase é posta na dialéctica curricular, entendida nas vertentes extra e intra, numa harmonia global e na compreensão e respeito pelas culturas existentes. A nossa herança cultural, fortemente influenciada pelos mitos judaico e cristão, tem determinado as linhas de força orientadoras da actuação na área da educação onde é esperado que se:

- antecipe a evolução da sociedade, preparando os alunos e os agentes económicos, educativos, sociais... para compreenderem a necessidade de se apetrecharem com capacidades, conhecimentos, atitudes, valores... indispensáveis à sua futura integração num espaço sócio-económico-cultural diferente;
- mantenha a estabilidade social, transmitindo aos intervenientes actuais no processo e (futuros) cidadãos de amanhã, capacidades, conhecimentos, cultura e atitudes do passado.

Por outro lado, a renovação, sendo condicionada pela herança cultural do País, do próprio sistema e também pela insuficiente compreensão de modelos para produzir as mudanças desejadas, fica submetida igualmente à Lei da Entropia. Quanto à utilização das novas tecnologias da informação em educação, creio que se deve partir da realidade de que elas existem, e adoptar uma postura concordante com Allan Ellis, quando (em ambiente mais restrito) diz: «reflectir sobre o papel dos computadores na educação não significa reflectir sobre computadores, mas sim sobre a essência da própria educação».

Os projectistas da paz

Cada nova visão mundial teve/tem/terá os seus projectistas, quais arquitectos que elaboram os modelos teóricos que servem de suporte às discussões sobre tal visão, fornecem o devido enquadramento ambiental e possibilitam a satisfação temporária das necessidades intrínsecas de uma sociedade.

Assumindo que o ser humano é bom na sua essência, os modelos referidos visam, em última análise, o bem estar individual e/ou colectivo, numa perspectiva de respeito pela dignidade da pessoa humana. Todavia, a complexa cadeia de transmissão que une os extremos (conceptores e usufruidores) situa-se no eixo que governa o mundo físico do espaço e do tempo, ficando, portanto, submetida à suprema lei da metafísica de todo o universo, a Lei da Entropia (LE), que estabelece: energia e matéria só podem ser transformadas num único sentido, que é da criação para a destruição. Não deixa de ser sintomática a utilização de prefixos de negação para traduzir a escolha de tal sentido. Eis alguns casos para conhecimento: des/envolvimento, des/equilíbrio, des/interessado, i/moral, i/mortal, i/mutável, im/par, im/parcial, im/perfeito, im/possível, im/produtivo, in/apto, in/activo, in/certeza, in/comensurável in/compatível, in/compreensível, in/corrupto, in/disponível, in/finito, in/sensível, in/sucesso, in/útil, ir/racional, ir/real, ir/respirável, ir/responsável...

A própria entropia, como conceito matemático, é uma probabilidade que traduz o grau de des/organização de um sistema. De acordo com a LE, sempre que é criada uma nova ordem podemos afirmar que ela é aparente, temporária e geradora de futuras des/ordens, in/certezas ainda maiores, no espaço vital envolvente.

Nem todos, contudo, pensam da mesma forma. Turgot, por exemplo, rejeita a natureza cíclica e a degradação contínua e defende uma evolução rectilínea com sucessivos avanços determinados pela acumulação e progressão, aspectos estes constitutivos do seu núcleo de convicções. Outra discordância é a de Thomas Hobbes que afirma ter sido o estádio inicial da humanidade caracteri-

zado por ser bruto, curto, pobre, solitário e sujo. Como se vê, há uma diversidade enriquecedora de visões a que não faltam estudos antropológicos, efectuados em sociedades raras remanescentes que parecem mostrar uma maior concordância com a posição grega, uma vez que nelas se valorizam atitudes de cooperação e partilha e se rejeitam os incitamentos à agressão e à divisão individual e/ou colectiva.

Algumas leis/princípios/esquemas

Nas considerações que procurámos fazer sobre o tema proposto foram tomadas implicitamente algumas analogias com leis e princípios que passamos a enunciar de forma breve, mas que nos ajudam a uma melhor compreensão. Exemplificando: o princípio de Arquimedes mostra como o peso é aparente, e em termos de equilíbrio de um corpo flutuante, diz-nos que pode ser estável ou instável conforme o corpo tende ou não a voltar à sua posição primitiva quando é afastado muito pouco da posição de equilíbrio. Acrescentamos que o equilíbrio é estável quando o metacentro está acima do centro de gravidade.

Relacionada com a lei de Proust é curiosa a distinção entre composto e mistura, pois que: numa mistura manifestam-se as propriedades dos componentes; no composto estão ocultas. É ainda de salientar que: numa mistura as proporções dos componentes podem variar; num composto são fixas. Como deixar de pensar na conexão com o problema da identidade, qualquer que seja a matriz em que se enquadre?

Tem sido um sonho de todos os tempos a descoberta de um motor que mantivesse o seu movimento interminavelmente, sem necessidade de se lhe fornecer energia. O princípio da conservação da energia condena irremissivelmente a possibilidade do movimento perpétuo ou moto contínuo. É impossível a qualquer motor eliminar totalmente as resistências passivas; para as vencer é preciso energia e não pode ser criada energia à custa de nada. Sendo assim, desde que um motor deixe de receber energia do exterior acaba por parar, logo que tenha restituído a quantidade finita de energia que recebeu. Para outras situações apresentamos, em seguida, outras leis/princípios, esperando que o apetite por estes assuntos seja suficiente para estabelecer outras analogias.

Leis

Boyle Mariotte – os volumes duma massa de gás, à mesma temperatura, estão na razão inversa das pressões que suportam.

Coulomb – a força atractiva/repulsiva entre duas cargas eléctricas pontuais é directamente proporcional às cargas e inversamente proporcional ao quadrado das distâncias entre elas. Esta lei tem aplicação para as massas magnéticas.

Lavoisier (lei da conservação da massa) – em toda a transformação química conserva-se constante a massa total das substâncias que nela tomam parte (a massa de um composto é igual à soma das massas dos componentes).

Lenz – quando se desloca uma corrente eléctrica ou um íman na vizinhança dum circuito condutor fechado, desenvolve-se, neste circuito, uma corrente induzida e de sinal contrário. A indução opõe-se ao movimento que a produz.

Mistura dos gases – os gases que não têm entre si acção química misturam-se mais ou menos rapidamente e de uma maneira íntima e permanente.

Newton (atracção universal) – a matéria atrai matéria na razão directa das massas e na inversa do quadrado das distâncias.

Proust (lei das proporções constantes) – em qualquer composto as proporções das massas dos elementos constituintes são sempre constantes.

Princípios

Arquimedes – todo o corpo mergulhado ou abandonado num fluido sofre uma impulsão vertical de baixo para cima (perde uma parte do seu peso) igual ao peso do volume do fluido deslocado.

Conservação da energia – num sistema isolado a energia total permanece constante, quaisquer que sejam as transformações sofridas pelo sistema.

Inércia – um corpo não pode, por si próprio, modificar o seu estado de repouso ou de movimento.

Newton – uma força não pode exercer uma acção sem que no mesmo instante faça nascer uma reacção igual e directamente oposta.

1.º princípio da termodinâmica (princípio da equivalência do calor e do trabalho) – sempre que um sistema material sofra qualquer transformação, em que haja apenas trocas de calor e de trabalho (transformações sim-

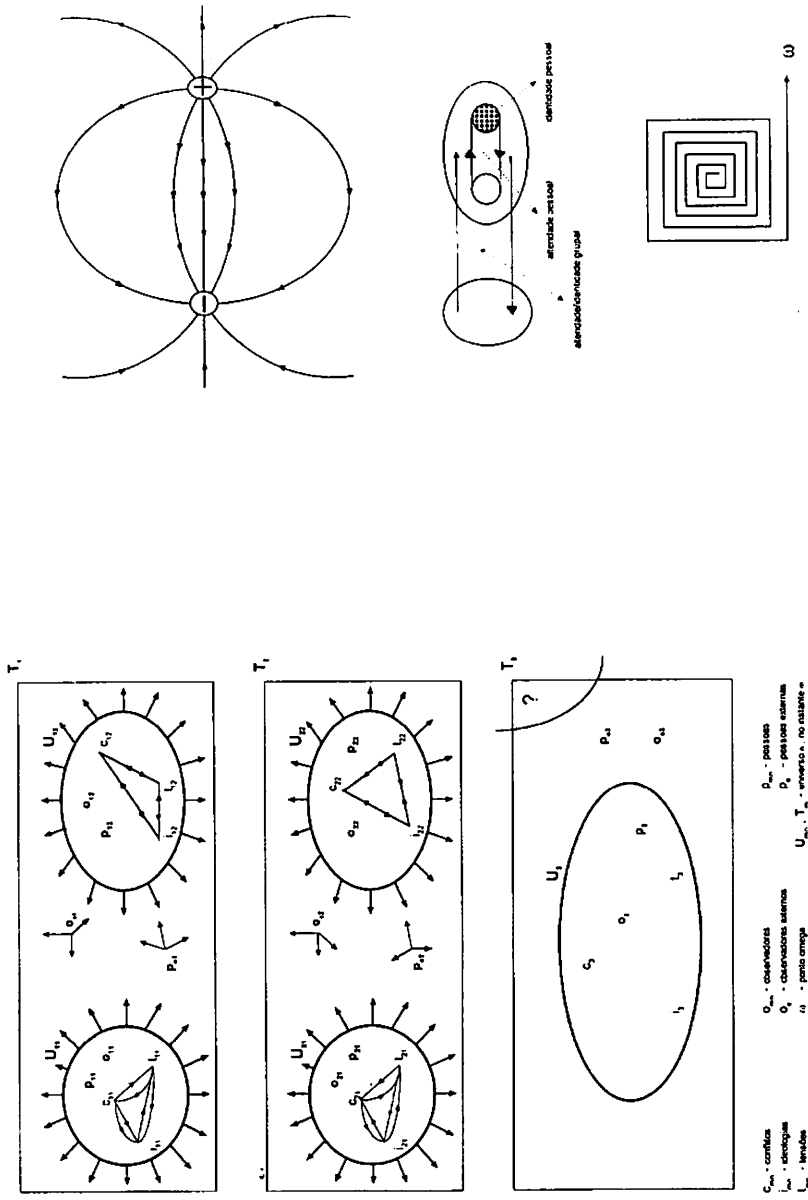
ples) entre o sistema e o meio exterior, e em que volte exactamente ao estado inicial (transformação cíclica), verifica-se que:

- a) se o sistema absorveu calor, cedeu trabalho;
- b) se o sistema recebeu trabalho, libertou calor;
- c) existe uma razão constante entre o trabalho e o calor postos em jogo.

2.º princípio da termodinâmica (princípio de Carnot-Clausius) – uma máquina térmica só pode produzir trabalho se dispuser de duas fontes de calor a temperaturas diferentes e o rendimento não ultrapassar um certo valor que é independente do agente de transformação do calor em trabalho e só depende das temperaturas das referidas fontes.

[Ver esquemas na página seguinte]

Esquemas



“Ismos” e “Trans”

Por nos parecer interessante para a reflexão sobre conceitos derivados da conjugação dos pre/su/fixos indicados, transcrevemos uma carta do Chefe Sealth dos Índios Duwamish, dirigida em 1855 ao presidente dos E.U.A., Franklin Pierce, onde introduzimos pequenas alterações:

Sabemos que o homem branco não compreende os nossos costumes. Uma porção de terra é para ele como a seguinte, porque ele é um estranho que vem de noite e se apropria da terra onde precisa. A terra não é sua irmã, mas a sua inimiga, e, logo que a conquista, instala-se nela. Deixa as sepulturas dos pais, esquece-se dos seus direitos de nascimento. A visão das vossas cidades faz doer aos olhos do homem vermelho. Mas talvez isso aconteça porque o homem vermelho é um selvagem e não compreende.

Nas cidades do homem branco não há um lugar calmo. Não há um lugar onde se oiçam as folhas da Primavera ou o zumbido das asas dos insectos. Mas talvez porque eu sou um selvagem e não compreendo, o ruído pareça apenas insultar os ouvidos. O índio prefere o som suave do vento a correr sobre a superfície de um pequeno lago, e o odor do próprio vento, lavado por uma chuva do meio-dia, ou perfumado por um pinheiro. O ar é precioso para o homem vermelho. Porque todas as coisas respiram o mesmo – os animais, as árvores e o homem. O homem branco parece não notar o ar que respira.

Que é o homem sem os animais? Se todos os animais desaparecerem, os homens morrerão da solidão do espírito, porque o que acontecer aos animais acontecerá aos homens. Todas as coisas estão ligadas entre si. O que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra [...] (*Apud* Fonseca, 1979: 67).

Naturalmente (e para os leitores de outras áreas) que ao escolher este trecho, estamos a pensar ser um bom exemplo para sintetizar ideias mestras contidas em alguns projectos políticos tais como: colonialismo, tribalismo, nacionalismo...

Outros "ismos" estiveram/estão na moda: bipolarismo, federalismo, fundamentalismo, ibero/luso/tropicalismo, imperialismo, globalismo, africanismo, mundialismo... e euromundismo.

Pensamos que o direito de ser diferente e tratado como igual deve ser a finalidade de qualquer solidariedade de tipo transestadual ou transnacional.

Rui J. B. Soares é Mestre em Educação (Área da Matemática) e em Relações Interculturais sendo assistente convidado da Universidade Aberta (UA) e Director do Núcleo de Processamento de Resultados da UA. Os seus interesses situam-se na área da formação de professores, nomeadamente na utilização das tecnologias da informação e da comunicação numa perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

AFANASSIEV, Youri (1989) - *Dictionnaire de la Glasnost*, Paris.

ALMEIDA, Américo Chaves (1944) - *Da unidade nacional*, Lisboa.

ARON (1955) - *L'opium des intellectuels*, Paris.

CHARDIN, Teilhard de (1965) - *O fenómeno humano*, Porto.

CHARDIN, Teilhard de (1961) - *Hymne de l'Univers*, Paris.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1989), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FONSECA, Eurico (1979) - *A sociedade do futuro*, Lisboa, Edição 'Livros do Brasil'.

GAMEIRO, Aires s/d - *Iniciação à dinâmica das sociedades e dos grupos*, Porto, Edições Salesianas.

GIL, Fernando (1978) - «O pensamento categorial: das simetrias às contradições». *Filosofia e Epistemologia*, pp. 149-207.

HUXLEY, Aldous (s/d) - *Regresso ao admirável mundo novo*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

JACQUARD, Albert (1987) - *Elogio da diferença*, Lisboa, Publicações Europa-América.

MARQUES, Viriato Soromenho (1985) - *Europa: o risco do futuro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MOREIRA, Adriano (1989) - *Ciência política*, Coimbra, Livraria Almedina.

MOREIRA, Adriano (1992) - «O ajustamento cultural». *Diário de Notícias*, 21/04/92.

MOURA, Zaza (1987) - «A filosofia do erro em K. Popper». *Filosofia e Epistemologia*, pp. 45-85.

RAMOS, J. Arias (1960) - *Derecho Romano*, Madrid, Editorial Revista de Derecho Romano.

RUSSELL, Bertrand. (1961) - *L'aventure de la pensée occidentale*, Paris.

SARAGOZA, Federico Mayor (1987) - *Mañana siempre es tarde*, Madrid.

SOARES, Rui João Baptista (1991) - «A preparação de profissionais para a era da informação». *Ler Educação*, Beja, nº 6.

WEIL, Simone (1953) - *La source grecque*, Paris.

WEIL, Simone (1949) - *L'enracinement*, Paris.



LEITURAS



- *Actas do XIX Colóquio Internacional de Linguística Funcional*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, 336 pp.

Este colóquio realizou-se em Coimbra entre 21 e 26 de Maio de 1993 e a publicação do presente volume de actas, cuja apresentação gráfica é particularmente cuidada e caracterizada por uma distinta sobriedade, é da responsabilidade da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo sido a edição preparada por Gisèle Ducos e Jorge Morais Barbosa.

Proferiram as alocações de abertura Jorge Morais Barbosa (vice-presidente da Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle), Luc Bouquiaux (Presidente da S.I.L.F.) e Rui de Alarcão (Reitor da Universidade de Coimbra). Foram prestadas homenagens a Georges Mounin e a Manuel de Paiva Boléo, à data, recentemente falecidos. Dado o elevado número de comunicações de carácter científico apresentadas (cerca de cinquenta, subordinadas a quatro temas principais, havendo ainda um grupo de comunicações de temas diversos), optaremos por realçar apenas algumas dessas comunicações. Salienciamos a qualidade das sistematizações que precederam as alocações, assim como das discussões que estas geraram. Aliás, a constatação da participação de alguns linguistas que dispensam apresentação é, por si só, sintomática da relevância deste colóquio no âmbito do desenvolvimento actual dos estudos linguísticos. Naturalmente, todas as comunicações têm em comum o facto de perspectivarem os fenómenos linguísticos segundo os preceitos do quadro teórico do funcionalismo.

Relativamente ao tema 1 (*Le portugais parmi les langues*), Jean Caudmont descreve sumária mas rigorosamente a situação actual da língua portuguesa no sudeste asiático. A alocação de Jean-Michel Charpentier aborda o tema da *Évolution et décréolisation du créole de Macao, le makaista*. A pertinência destes temas deriva não só da falta de estudos aprofundados sobre a nossa língua (e a sua influência noutras línguas) naquela região do globo mas também de circunstâncias históricas que fazem com que Macau e Timor-leste estejam na ordem do dia.

Isabel Lopes dá uma contribuição importante para a descrição rigorosa do complexo fenómeno de emprego facultativo dos sintagmas verbais do tipo de *cantava* (tradicionalmente designados por pretérito imperfeito do indicativo) e do tipo de *cantaria* (tradicionalmente designados por condicional; futuro do pretérito do indicativo, segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira) em contextos como *Se tivesse dinheiro, comprava/compraria um carro*.

Maria João Marçalo estuda, no âmbito da sintemática, algumas inovações lexicais da responsabilidade da imprensa, apresentando uma tipologia tripartida de criação de sintemas: os que se formam por substituição de um elemento por outro (sintema-mãe: *Pasta Medicinal Couto*, novo sintema: *Propina Medicinal Couto*), os que se formam a partir de um modelo (por exemplo, adjectivo + adjectivo: *democratas-cristãos*) e os que formam siglas (como *SIDA*). Constituindo a sintemática uma disciplina privilegiada para a observação dos fenómenos de criação lexical, reveladores da dinâmica linguística, a autora termina a apresentação destacando questões teóricas e metodológicas importantes suscitadas pela sua investigação.

Abordando a temática dos monemas gramaticais assim como das funções gramaticais (que, segundo André Martinet, são unidades da língua como qualquer outro monema), são apresentadas diversas comunicações (tema 2: 'Axologie des unités d'inventaires fermés'). Realce para a de Christos Clairis sobre a função de sujeito, onde o autor conclui acerca da necessidade de iniciar este estudo pelas funções que se manifestam simplesmente pela posição na frase. Fernand Bentolila sumaria exemplarmente as diversas contribuições.

No âmbito do tema 3 ('Théories linguistiques et enseignement des langues'), entre outras contribuições, Montserrat López Díaz tece interessantes considerações acerca do conceito de norma, fundamental para o ensino das línguas, distinguindo a norma objectiva (o que se diz) da norma prescritiva (o que se deve dizer).

As comunicações referentes ao tema 4 ('L'analyse syntaxique') debatem sobretudo questões de metalinguagem (por exemplo, 'fonctionnel', 'connecteur' e 'relateur' designam as mesmas realidades para todos os linguistas?).

A obra contém ainda comunicações individuais (assim como breves exposições de investigações em curso) sobre temas diversos, dos quais salientamos os seguintes: 'Questions et presse écrite', 'Le parler alentejano' e 'Le discours électoral: un affrontement verbal'.

O volume termina com as alocações de encerramento (da responsabilidade de André Martinet, Luc Bouquiaux e Jorge Morais Barbosa), a lista de participantes e um índice geral.

Paulo Nunes da Silva

► FISKE, JOHN (1995) – *Introdução ao Estudo da Comunicação*, Porto, ASA, 268 pp.

Na Introdução, o autor explica como encontrou justificação para este livro na necessidade de conferir alguma coerência à confusão que existe no campo dos Estudos

da Comunicação. Partindo do princípio de que a comunicação é passível de ser estudada, se tomados em conta determinados pressupostos, claramente enunciados na parte introdutória, o autor explica a estrutura da obra – uma estrutura que reflecte o facto de existirem duas escolas principais no estudo da comunicação.

A primeira dessas escolas, a que chama “escola processual”, vê a comunicação como “transmissão de mensagens”, estuda o modo como “os emissores e os receptores codificam e descodificam, o modo como os transmissores usam os canais e os meios de comunicação» (p. 14). Os capítulos 1 e 2 estudam um leque representativo dos modelos de comunicação produzidos pela escola processual: o modelo de Shannon e Weaver (1949), o modelo de Gerbner (1956), o modelo de Lasswell (1948), o modelo de Newcomb (1953), o modelo de Westley e Maclean (1957) e o modelo de Jakobson (1960).

A segunda dessas escolas, a que chama “escola semiótica”, entende a comunicação como “produção e troca de significados” e o seu principal método de estudo é a ciência dos signos e significados.

Cada uma das escolas interpreta a seu modo a definição de comunicação como interacção social através de mensagens: a escola processual entende a interacção social como o processo pelo qual as pessoas se relacionam entre si, afectando os comportamentos e as reacções emocionais umas das outras; a semiótica define a interacção social como aquilo que constitui o individuo como membro de uma determinada cultura ou sociedade.

Os papéis dos signos e da significação, isto é, a base teórica da semiótica, encontram-se amplamente tratados no capítulo 3; o estudo da teoria semiótica é posteriormente desenvolvido no capítulo 5, onde se estudam os modos como os signos significam no interior de uma cultura.

O capítulo 4 trata dos códigos nos quais os signos se organizam. Ambas as escolas se debruçam sobre os códigos, embora de formas diferentes: se a escola processual os entende como meios para codificar e descodificar, a semiótica considera-os sistemas de significação.

Os capítulos 6 e 8 são dedicados a aplicações práticas: o capítulo 6 a demonstrações de análise semiótica e o 8 a estudos empíricos realizados por membros da escola processual.

O capítulo 7 desenvolve alguns conceitos básicos do Estruturalismo e mostra possíveis aplicações práticas.

O capítulo 9 aborda a preocupação fundamental da semiótica – o modo como a ideologia age na significação.

Consagrar equilibrado espaço de reflexão às duas escolas foi uma maneira de o autor sugerir que não há uma via correcta e outra errada de estudar a comunicação. O que o autor acaba por realmente defender é uma relação de complementaridade entre ambas.

No fim de cada capítulo, encontram-se “sugestões para trabalho adicional” que são, afinal, alguns exercícios passíveis de serem usados pelo leitor como forma de

testar e/ou consolidar conhecimentos adquiridos. No fim do volume, existe uma lista de obras referenciadas e uma pequena bibliografia selectiva sucintamente anotada.

Vivina de Campos Figueiredo

- **GARCÍA GARRIDO, JOSÉ LUÍS; CARNEIRO, ROBERTO; FOWELL, SUE; CHUNG, FAY; DE LANDSHEERE, GILBERT** - *A Educação do Futuro – O Futuro da Educação*, Porto, Edições ASA, 1996, 96 pp.

Com o patrocínio das Edições Asa e da Fundação Eng.º António de Almeida/Centro Unesco do Porto, realizou-se o Curso de Verão 95, no qual participaram cerca de oitocentos professores, educadores, administradores e técnicos de educação. Durante este encontro, consagrado à análise de questões fundamentais do ensino e à tentativa de dilucidação dos factores implicados na crise dos sistemas educativos no final do milénio, tempo de 'mudança de paradigmas', conforme acentua Joaquim Azevedo em texto lido na sessão de abertura, as comunicações versaram as seguintes temáticas: principais desafios lançados aos sistemas educativos no alvorecer do século XXI; evolução da economia e do emprego e os novos desafios para os sistemas educativos; a crise na educação e o papel das tecnologias da informação; a educação básica à entrada do século XXI e o novo papel dos professores face às mudanças. Os temas referidos foram tratados, respectivamente, por José Luís García Garrido, Roberto Carneiro, Sue Fowell, Fay Chung e Gilbert de Landsheere. Sucintamente, e apenas por limitações de espaço, salientamos o que nos parece essencial nos dois primeiros e no último texto.

Na primeira parte da sua comunicação, J. L. Garcia Garrido, professor da UNED, Madrid, especialista em Educação Comparada, traça uma visão panorâmica dos 'modelos' (as aspas são suas) dominantes desde o nascimento da era industrial (finais do século XVIII e início do séc. XIX) até à actualidade – o prussiano, o francês, o inglês, o norte-americano e o soviético –, para concluir que, provavelmente, a época dos macromodelos terá chegado ao fim. A seu ver, a tendência, hoje, vai no sentido de se construírem modelos próprios, em função da realidade concreta de cada país. Mas a crise dos sistemas educativos e escolares, enquanto formas complementares de organização sociopolítica da educação, torna-se ainda mais grave em consequência de uma outra crise mais profunda, com incidência naquilo que o autor designa por *postulados fundamentais*, progressivamente ameaçados pelo 'pluralismo ideológico e axiológico característico das sociedades avançadas'.

Com base na ideia de *crise*, principal vector semântico da comunicação, Garcia Garrido debruça-se sobre três das suas mais evidentes manifestações: a concepção nacionalista da escola, o optimismo escolar e o progressismo (desenvolvimentismo). Quanto a perspectivas para o futuro, destacamos, por um lado, a crença nas virtualidades dos sistemas de educação, -cuja evolução se torna realmente imprescindível para que a evolução de outros sistemas seja possível- (p. 34), ideia em todo o caso não

totalmente pacífica, e, por outro, os perigos da eventual instauração de um sistema escolar de alcance universal.

Roberto Carneiro, segundo autor representado nesta colectânea, começa por aludir ao facto de os sistemas educativos, durante as últimas cinco décadas, terem sido dominados pelo paradigma económico, funcionando, sobretudo a partir dos anos 60, segundo um modelo influenciado pelas teorias do *capital humano*. Neste quadro, «apuraram-se as metodologias de cálculo do retorno do investimento económico em educação» (p. 37). É esta visão economicista da educação («modelo industrial») que o autor se propõe denunciar e desmontar. Nesse sentido, procede ao levantamento de algumas características que, pela negativa, definem um tal modelo, algo que o autor apelida de «cinco pontos focais de insatisfação larvar»: insucesso persistente na escolaridade básica; esgotamento de um modelo assente no pressuposto de *empregabilidade*; limites do Estado como prestador e gestor de serviços educativos; soberba e autismo inerentes à suposta superioridade das culturas dominantes e depreciação das culturas minoritárias; sobrevalorização de objectivos «estritamente cognitivos e intelectuais».

O futuro, na opinião do autor, deverá construir-se segundo princípios e valores menos imediatistas e mais profundamente humanos, impondo-se para tal a criação de condições que permitam a progressiva instauração de um paradigma marcado pela combinação sinérgica de três grandes componentes: *educabilidade*, *criatividade* e *eticidade*.

G. de Landsheere, na comunicação que encerra esta excelente colectânea, analisa o novo papel dos professores face às mudanças sociais e económicas e os consequentes desafios a empreender pelos sistemas educativos. É um texto rico de sugestões e implicações teórico-práticas, cuja síntese se torna difícil numa simples nota de leitura ou, mesmo, numa recensão. Importa, no entanto, salientar a importância que G. de Landsheere atribui à cultura geral como forma de impedir uma visão redutoramente tecnocrática num mundo caracterizado pela flexibilidade e pela polivalência, e a urgência de se repensar o papel do professor, valorizando a sua imagem e dignificando o seu estatuto. Uma nova formação de professores deverá contemplar, a seu ver em estreita relação de reciprocidade, o plano das aquisições cognitivas, o da educação sócio-afectiva e o da investigação-acção.

Pelo prestígio dos autores nela representados e pela riqueza do seu conteúdo, esta é uma daquelas obras cuja leitura vivamente se recomenda a todos os professores, em especial aos que leccionam em escolas do ensino básico e secundário.

Júlio Taborda

- **MAGALHÃES, FRANCISCO JOSÉ** – *Da Tradução Profissional em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, 297 pp.

Para o leigo, e não só, em matéria de tradução, talvez os problemas desta prática tão velha quanto o é a língua portuguesa, se resumam a algumas frases incompreen-

síveis ou incompletamente traduzidas, e que, por razões evidentes, serão detectadas frente ao televisor, mais do que durante a leitura de alguma obra. A partir desta publicação, e é esse um dos méritos da obra de Francisco José Magalhães, o público dispõe de dados que lhe permitam avaliar, no seu todo, as responsabilidades e os responsáveis daquilo que dá por nome de 'erros de tradução' ou de 'má tradução', sempre metido, pelo menos até agora, na conta do tradutor. Os responsáveis são muitos, inclusive, o poder público, que nada tem feito para obviar a tanta desordem. Como cidadãos, temos o direito de exigir-lhe que ouça, e que depois tome as medidas que ninguém pode tomar em seu lugar. Como cidadãos, temos o direito de exigir um poder público conhecedor. E se desconhece, só tem que se informar. Como de vez em quando acontece noutros domínios e em certas ocasiões. A convocação de uns **Estados Gerais da Tradução** não pode e não deve protelar-se por mais tempo. Precisamente em nome daquilo que todos os cidadãos merecem e querem: melhores traduções.

A obra analisa o mercado da tradução, o trabalho do tradutor e a formação do tradutor profissional, terminando, em conclusão, com «Do Mercado ao Trabalho, do Trabalho à Formação», onde o autor dá conta do investimento empreendido nos últimos anos na área da formação de tradutores pelas instituições do Ensino Superior, mais privado do que público neste domínio.

Sobre o mercado da tradução, do qual o autor afirma que «é difícil ter uma ideia devido à inexistência de uma legislação fiscal adequada», devido aos «pagamentos sem recibo», e que se traduz na impossibilidade de uma «estatística da tradução e de quem a produz» (p. 31), algumas conclusões apresentadas deveriam levar à reflexão. Num país em que «um terço das obras publicadas são traduções», num país em que o mercado da edição disponibiliza verbas muito superiores ao milhão de contos para a tradução, às quais se deve acrescentar a margem de lucro, sem a qual não haveria negócio, situações há que tocam as raias do **escândalo nacional** quando se constata que tradutores vivem com salários de «24 a 42 contos mensais, o que é inferior ao salário mínimo nacional e abaixo da linha de pobreza comunitária» (p. 56). Acrescente-se a isto que, sobretudo no domínio fiscal, o Estado não cumpre as recomendações de organismos internacionais, de que faz parte, como, por exemplo, a UNESCO. Este mesmo organismo, na sua *Réglementation internationale sur la protection des traducteurs*, recomenda a extensão do Direito de Autor ao tradutor. Nesta obra aprende-se que nada disto se aplica em Portugal, e não podemos senão estar do lado de Francisco José Magalhães quando faz asserções como esta: «Parece-nos escandaloso que os editores se queixem da crise da leitura para não pagarem devidamente aos tradutores» (p. 59).

Já na *Parte II* da obra, em que se trata do «Trabalho do Tradutor», podemos encontrar a análise da diversidade de géneros de textos traduzidos, das linguas de trabalho, dos meios e do tempo necessários e exigidos à tradução, bem como, em forma de antologia, uma resenha daquilo que se tem oferecido, em jornais e revistas, como «crítica às traduções» (pp. 192-7). E são estas que devem merecer a nossa atenção, e ser, por sua vez, objecto de crítica, porque ao ler o resto, como deve ser, as

críticas, até agora dirigidas aos tradutores, devem também dirigir-se a outros agentes da feitura do livro, em que se incluem os editores, revisores, etc., que determinam o tempo, as condições da tradução em geral – factores a ter em conta na análise das traduções que chegam ao leitor português. Se a responsabilidade dos editores portugueses é grande a nível cultural, ao **decidirem do que se traduz e do que se lê em Portugal**, menor não será no que à qualidade da tradução diz respeito.

A última parte da obra é notável a vários títulos. Não só porque consegue uma visão do actual estado da Formação e Ensino da Tradução em Portugal, e nesse sentido é de grande utilidade para quem pretenda iniciar uma profissão de tradutor, mas também porque consegue apresentar algumas propostas de valor nesta matéria, para além da crítica construtiva a que procede, numa altura em que a tradução *começa uma carreira universitária*. São muitos os pontos de interesse para uma reflexão séria e urgente por parte dos responsáveis dos actuais ‘cursos de tradução’. Pergunta-se-lhes se não valeria a pena esperar mais algum tempo, ou investir na formação dos formadores antes do lançamento dos cursos, em vez de cederem às ‘pressões’ do mercado com a mão-de-obra de que dispunham, isto é, docentes de línguas e literatura.

Para quem, como o autor destas linhas, acha que a Universidade deve acolher a tradução como um dos seus ramos do saber, não pode deixar de saudar esta obra de Francisco José Magalhães, actual Presidente da *Associação Portuguesa de Tradutores* (APT). Face a este diagnóstico, a urgência do trabalho adquire nova dimensão. Há que fazer para todos, porque está tudo por fazer.

NOTA: Dedico estas linhas a David Mourão-Ferreira, tradutor. É de lembrar e continuar o seu esforço na reabilitação de outro grande tradutor português, António Feliciano de Castilho.

Carlos Castilho Pais

► **MAZULA, BRAZÃO** – *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Porto, Afrontamento/Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995, 275 pp.

O livro constitui a tese de doutoramento do autor em História e Filosofia da Educação, apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

A Parte I do livro (intitulada -conceitos de totalidade, ideologia e cultura-), agora editado pela Afrontamento (Porto), com o auxílio do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa e o patrocínio da União Europeia, prepara epistemologicamente as outras partes, procurando enquadrar o ensino na sua totalidade sócio-cultural, a esta presidindo uma orientação sobredeterminada pelo papel da ideologia.

A Parte II, que se intitula -A educação colonial e a educação nas zonas libertadas-, visa mostrar, sob uma óptica de comparação, como o ensino colonial, nomeadamente em Moçambique, se destinava sobretudo aos brancos e que, quando contem-

plava os negros e mestiços, se tratava de preparar alguns escassos funcionários subalternos, no âmbito de uma política de assimilação à chamada «civilização ocidental», sem atribuir importância de maior às culturas africanas. Como contraponto, o autor apresenta um brevíssimo mas expressivo panorama da educação nas zonas controladas pela FRELIMO durante a luta de libertação nacional.

A Parte III incide sobre a Educação durante os dez primeiros anos da independência de Moçambique. O autor não deixa de estudar, como se esperava, o ensino moçambicano como emanção estatal do projecto político da FRELIMO. No capítulo 3, em que verifica a simultaneidade da afirmação do novo poder político e da socialização da Educação, contrapõe o «momento de mobilização» e de «planificação de acção» aos «métodos administrativo-burocráticos coloniais» concluindo que a população de Moçambique passara a poder ganhar uma consciência do trabalho diferente da que tinha sob o regime do que chama «trabalho escravo colonial» (p. 148). Neste pormenor nota-se, quanto a nós, um sintoma próprio do pensamento pós-colonial, o de generalizar a todo o território, em todas as épocas, um regime de trabalho circunscrito (obliterando diferenças: sabemos que nem todo o trabalho foi «escravo»), para assim se perder, pontualmente, a sequência de rigor.

A Parte IV pode ser entendida como uma revisão crítica dos conteúdos programáticos do ensino moçambicano, na medida em que o autor chega a discutir a legitimidade de a FRELIMO, embora consciente da necessidade de dar relevo à «trans-«etnicidade», ter optado decididamente, como aconteceu na generalidade dos países africanos, pela «euro-modernidade», que apelida de «genocídio cultural assumido pelos próprios governos e partidos» (p. 215).

No capítulo 2 dessa parte, o autor trata dos «Rumos da educação», continuando a socorrer-se, entre outros pensadores e políticos, de Marx, Habermas e Touraine, como adjuvantes de uma filosofia educacional capaz de forjar o «Homem Novo» para que a própria FRELIMO apontava, mas defrontando-se com escolhos teóricos da sua «visão evolucionista».

Verificamos, pois, que o autor se apresenta como um reformador empenhado em resgatar os ideais da «FRELIMO POVO», por oposição ao período do «PARTIDO FRELIMO», fazendo da educação um campo privilegiado da luta de classes (p. 234) e, mais ainda, de actividade cognitiva e científica. Neste sentido, é possível porventura enquadrar o alcance do seu discurso científico no campo do discurso político-ideológico, na medida exacta em que se erige como discurso destinado «a dissolver e a superar as resistências ou ideologias» (p. 235).

O estudo termina com o item «Os rumos da Educação» (apenas cinco páginas), que dá o título ao capítulo, no qual se citam curiosamente, entre outros, Aquino de Bragança (intelectual moçambicano), Mário de Andrade (político e intelectual angolano), Jurgen Habermas e Paul Ricoeur, os últimos a propósito dos conceitos de competência comunicativa, utopia e educação crítica. Por certo, para o autor, encerrar a sua tese com o recurso a personalidades tão lúcidas quanto aos destinos do homem e sua hermenéutica não deve significar senão que, reavaliando o passado, incita também ao desejo de uma nova utopia.

Afigura-se-nos empobrecida a Parte I, no que respeita ao tratamento teórico da categoria de totalidade e do conceito de ideologia, quando sabemos que tais problemáticas e respectivas bibliografias são muito complexas e vastas. Em contrapartida, não se pode acusar o autor de não ter delimitado o universo teórico e restringido comedido a sua aproximação ao problema.

O estudo inclui uma documentação de preciosa síntese (com figuras, organogramas, quadros e mapas), ilustrativa da evolução da Educação, não só, por exemplo, quanto à estruturação funcional do ensino e planos de cursos, como relativamente às percentagens de estudantes, às confissões religiosas ou à distribuição da população por línguas maternas.

Pires Laranjeira

► **VIDIGAL, LUÍS** - *Os Testemunhos Oraís na Escola – História Oral e Projectos Pedagógicos*, Porto, ASA, 1996, 191 pp.

Numa escola que se pretende aberta à vida e atenta ao meio em que se insere, considerar a(s) memória(s) dos homens como um possível e produtivo material de estudo surge como um percurso à partida extremamente aliciante. É essa a proposta do autor deste volume, que fundamenta a sua explanação no facto de que «o recurso aos testemunhos orais é particularmente adequado para se promover a aquisição, por parte dos aprendentes, de objectivos que favoreçam a preservação de aspectos importantes – mas descurados – da memória colectiva» (p. 11).

Seguindo o percurso apresentado, o livro inicia com um capítulo introdutório onde são caracterizados alguns dos conceitos fundamentais que o autor vai operacionalizar nas sugestões práticas que desenvolverá em seguida. As noções de «memória oral» e «história oral» são aqui clarificadas, assim como algumas questões colocadas pelo trabalho no terreno nessa área.

O segundo capítulo aborda o problema das relações entre a Escola e a História Oral, salientando-se o papel determinante que uma orientação neste sentido poderá assumir, face às mudanças sociais e culturais do nosso tempo.

Os pontos seguintes (capítulos 3, 4 e 5) surgem com uma orientação mais prática, descrevendo-se com bastante pormenor os métodos de pesquisa na História Oral, nomeadamente as técnicas de recolha e tratamento da informação. Esta parte surge bastante bem documentada, facultando, a quem pretender enveredar por um trabalho neste domínio, importantes auxiliares para a sua efectiva e adequada concretização. Na secção de «anexos» incluem-se ainda outros documentos que completam a informação destes capítulos.

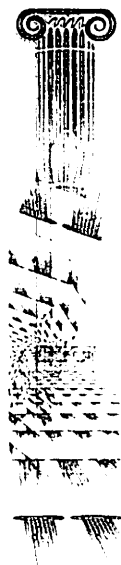
Dado que o presente livro decorre, em parte, de todo um trabalho que o autor vem desenvolvendo como docente e investigador na Escola Superior de Educação (ESE) de Santarém, nos «anexos» encontramos ainda variada documentação que atesta algumas das iniciativas realizadas, nomeadamente as que se prendem com o «Projecto Museológico sobre Educação e Infância».

Estamos, pois, perante uma obra que se destaca pelo interesse e actualidade temática e pelas várias possibilidades que apresenta para que a Escola possa tornar-se num espaço cultural mais enriquecedor, ao permitir esse cruzamento de vidas/memórias diferenciadas.

Glória Bastos



EM TEMPO



«Um Olhar sobre a Comunidade de Língua Portuguesa»

No âmbito da institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 17 de Julho do corrente ano, entendeu a Universidade Aberta dever assinalar o acontecimento produzindo para o efeito um videograma.

O referido videograma, intitulado «Um Olhar sobre a Comunidade de Língua Portuguesa» tinha como objectivo último chamar a atenção para o significado da CPLP, realçando as virtualidades e a afirmação futura da Língua e Cultura portuguesas.

Tendo a Universidade Aberta decidido organizar, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de Julho, no Padrão dos Descobrimentos, uma sessão comemorativa da formalização da CPLP, o videograma foi apresentado publicamente e objecto de debate, coordenado pelo Prof. Carlos Reis.

Dada a sua vocação para promover a Língua e a Cultura portuguesas e os princípios da Lusofonia, «Um Olhar sobre a Comunidade de Língua Portuguesa» tem sido utilizado para ilustrar acções no estrangeiro, ao abrigo de acordos ou protocolos com diversas instituições oficiais

1.º Curso de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses

Foi instituído este ano o Curso de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses na Universidade Aberta.

O Curso confere capacidade de investigação nas áreas da Linguística, Literatura e História Portuguesa e comprova um nível aprofundado de conhecimentos.

Destina-se a licenciados ou equiparados, sendo desejável que os candidatos possuam formação de base em áreas disciplinares das Ciências Sociais e Humanas, de preferência nas áreas de Linguística, Estudos Portugueses e História.

O Mestrado é um curso formal, leccionado em regime pós-laboral e presencial. Tem a duração máxima de dois anos, está organizado em unidades de crédito e dividido em 3 blocos lectivos de 12 semanas cada, ocupando a parte curricular um ano e encontrando-se reservado outro ano para a preparação, orientação e apresentação da dissertação.

Para mais informações contactar a Universidade Aberta - Serviços Académicos - Secção de Informações (Rua da Escola Politécnica, 141-147, 1250 Lisboa).

Prémio de Poesia – Aula de Poesia de Barcelona

A **Aula de Poesia de Barcelona** é uma Associação Cultural sem fins lucrativos, com sede na Universidade de Barcelona, que deseja, conforme definem os seus estatutos, -ser um espaço plural, sem barreiras estéticas ou linguísticas, onde possam convergir pessoas e iniciativas que pretendam potenciar o acto poético, tanto ao nível da vertente criativa como através da investigação-.

Dado o prestígio alcançado pela **Aula de Poesia de Barcelona**, diferentes entidades celebraram com ela Convénios de Colaboração como, por exemplo, as editoras espanholas Lumen, Tusquets e El Bardo bem como a portuguesa Teorema.

O Prémio de Poesia – Aula de Poesia de Barcelona foi, há dois anos, aberto à Língua Portuguesa e abre este ano à Língua Galega, podendo os trabalhos ser também apresentados em castelhano e em catalão.

Para informações mais detalhadas relativas ao Concurso é favor contactar a sede social da Aula de Poesia de Barcelona (Passeig de la Vall d'Hebron, 171, Edifici Migdia, 08035 Barcelona).

Centro de Estudos sobre o Brasil

No âmbito do Instituto de Pesquisas sobre as Civilizações do Ocidente com a participação do Centro de Pesquisas Roland Mousnier, a Universidade de Paris IV – Sorbonne cria um Centro de Estudos sobre o Brasil com o objectivo de promover a investigação sobre o Brasil (história, literatura, sociedade, cultura e instituições) e estabelecer uma colaboração activa com as universidades e centros de pesquisa brasileiros. O Centro propõe-se ainda organizar conferências e colóquios interdisciplinares, suscitar publicações de alto nível e informar os investigadores.

Para mais informações, fica registado o endereço do Centro de Estudos sobre o Brasil (1, rue Victor Cousin, Escalier G., un étage 1/2, Bureau 333, 75230 Paris Cedex 05, Tel.: 1. 40462513; Fax: 1. 40463192).

Encontro Neo-Realismo

O Encontro Neo-Realismo, que pretende ser oportunidade para reflectir sobre um movimento e para perspectivar um museu, realiza-se este ano, de 13 a 15 de Março, no Palácio do Sobralinho em Vila Franca de Xira.

Abrindo com uma conferência proferida por Urbano Tavares Rodrigues e contando os painéis científicos com a apresentação de conferências introdutórias a cargo de Eduardo Lourenço, Carlos Reis e Orlanda Amarilis, este encontro pode considerar-se como o espaço por excelência para acolher um conjunto pluridisciplinar de abordagens que mostrem o estado das pesquisas e reflexões sobre o Neo-Realismo nas diferentes áreas da criação intelectual.

Colóquio Internacional «Filologia, Literatura e Linguística»

Integrado nas Comemorações do Centenário do Nascimento de Manuel Rodrigues Lapa, vai realizar-se em Anadia o Colóquio Internacional «Filologia, Literatura e Linguística», que decorrerá nos dias 17, 18 e 19 de Abril de 1997.

Este Colóquio pretende homenagear a actividade científica de Rodrigues Lapa, bem como reflectir sobre problemas concretos e contribuir para o avanço do conhecimento nos domínios em que trabalhou o grande estudioso.

Para mais informações, contactar o Secretariado do Colóquio (Casa Rodrigues Lapa - Apartado 139 - Anadia Codex).

XX Simpósio sobre Tradições Portuguesas (Europa, América, África, Ásia)

Vai realizar-se na Universidade da Califórnia, Los Angeles, nos dias 19 e 20 de Abril de 1997, o vigésimo Simpósio sobre Tradições Portuguesas. Como habitualmente, o Simpósio não impõe restrições temáticas e está aberto a quem quer que se interesse pelas questões da língua e da cultura portuguesa, em todo o mundo, no passado ou no presente.

As comunicações podem ser apresentadas em Inglês ou em Português e as seleccionadas serão publicadas na revista *Encruzilhadas/Crossroads*.

Para mais informações, contactar o Prof. Hulet (Department of Spanish and Portuguese, UCLA, Los Angeles, CA 90024-1532, E.U.A.).

Seminário Internacional de Português como Língua Estrangeira

Vai realizar-se em Macau, nos dias 21, 22, 23 e 24 de Maio, um Seminário Internacional de Português como Língua Estrangeira que visa ser ponto de encontro de especialistas em diferentes áreas das Ciências da Educação para em conjunto debaterem os diversos problemas que se colocam no processo de Ensino/Aprendizagem da Língua Portuguesa como Língua Estrangeira.

Mais informações podem ser solicitadas ao Secretariado Executivo (Av. Praia Grande, 926, 5.º, Macau, Fax: 853 317301).

Universos da
Língua
Portuguesa:
4.º Encontro
Internacional
de Língua
e Cultura
Lusófonas

O Leitorado de Português em Buenos Aires a funcionar no Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas 'Juan Ramón Fernández' encontra-se a organizar o 4.º Encontro Internacional de Língua e Cultura Lusófonas que se realizará na Biblioteca Nacional, de 17 a 19 de Junho de 1997. Constituem objectivos do Encontro:

- Estimular e dar a conhecer estudos no domínio da Língua e Cultura Lusófonas;
- Discutir investigações em curso neste domínio;
- Contribuir para uma maior divulgação das Culturas Lusófonas.

Para mais informações contactar o Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas 'Juan Ramón Fernández' (Carlos Pellegrini, 1455 - 1011 Buenos Aires, Argentina, Fax: 3937351).

ACIS
Coimbra
Congress

Vai realizar-se pela primeira vez em Portugal, de 11 a 14 de Setembro de 1997, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Congresso da Associação de Estudos Ibéricos Contemporâneos / Association for Contemporary Iberian Studies (ACIS) - uma organização inter-universitária do Reino Unido que se dedica à promoção do conhecimento dos países ibéricos.

O Congresso ACIS parece estar a despertar grande interesse a nível internacional, tendo já confirmado a sua participação indivíduos oriundos de vários países da Europa, dos E.U.A. e do Brasil.

Para mais informações contactar a Dra. Manuela Cook (PO Box 5641, Solihull, West Midlands, B90 4ZR, Inglaterra, Fax: 121 7454348).

Direcção, secretariado e assinaturas
Universidade Aberta - Delegação de Coimbra
R. Alexandre Herculano, n.º 52
3000 COIMBRA (Portugal)
Telefone (039) 33300
Telefax (039) 29547

A Direcção e Redacção aceitam, para eventual publicação, os originais que lhes forem remetidos, preferentemente de acordo com a política editorial da revista. Serão também objecto de apreciação livros para resenha e notícia. Aceita-se permuta.

Preços - 1996/97
Números avulso: 1.500\$00
Assinatura anual (2 números)
Portugal: 2.500\$00
Estrangeiro: Europa: \$32 dólares
Outros continentes: \$42 dólares
Cheques em nome de *Discursos* / Universidade Aberta
Edição e propriedade
Universidade Aberta
Arranjo gráfico: Delegação Centro da Universidade Aberta
Impressão: Gráfica de Coimbra, Lda.
Depósito Legal n.º 55225/92
ISSN: 0872-0738